



## DESIGUALDADE E PANDEMIA NAS VIDAS DAS BRASILEIRINHAS E DOS BRASILEIRINHOS


**Inequality and pandemic in the lives of Brazilian girls and boys**

Elina Elias de **MACEDO**

Departamento de Ciências Humanas e Educação da (DCHE)  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar *campus* Sorocaba  
Sorocaba, Brasil

[elinamac@gmail.com](mailto:elinamac@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0186-1633> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

Este artigo destaca a participação das crianças pequenas e a relação de reciprocidade da infância com a sociedade de classes. Tem como ponto de partida pesquisa de doutorado e fundamentado na Sociologia da Infância, explora os impactos da Pandemia de Covid-19 na vida e educação das crianças pequenas. Trata das infâncias no plural por entender que, para além da diversidade presente em nosso país, há também diferentes focos de análise sobre este grupo social. Conclui que apesar de, do ponto de vista médico e da saúde, as crianças serem menos suscetíveis aos danos causados pelo vírus, a infância como categoria social é das mais afetados pela crise do capital que, embora já estivesse em andamento, teve na crise sanitária uma consequência agravante em razão do isolamento social que potencializou a queda da renda familiar, o desemprego e a precarização do trabalho. Essa situação aprofundou as desigualdades sociais e colocou as brasileiras e brasileiros em perigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade. Infâncias. Sociologia da Infância

### ABSTRACT

This article highlights the participation of young children and the reciprocal relationship of childhood with class society. Has as a starting point PhD researches and is based on the Sociology of Childhood, it explores the impacts of the Covid-19 Pandemic on the life and education of young children. It deals with childhood in the plural because it understands that, in addition to the diversity present in our country, there are also different focuses of analysis on this social group. It concludes that although, from a medical and health point of view, children are less susceptible to the damage caused by the virus, childhood as a social category is one of the most affected by the capital crisis that, although it was already underway, it had in the health crisis an aggravating consequence due to the social isolation that increased the drop in family income, unemployment and job insecurity. This situation deepened social inequalities and put Brazilian girls and boys in danger.

**KEYWORDS:** Inequality. Childhoods. Sociology of Childhood

## INTRODUÇÃO

A crise do capital impõe aos trabalhadores ainda mais sacrifícios para que a burguesia consiga manter suas margens de lucro, principalmente das grandes corporações, e para que os bancos possam seguir alimentando a especulação financeira deste mercado globalizado. O capital fictício e as ações nas bolsas de valores nutrem-se neste mercado internacional em que o consumismo é incentivado e retroalimentado pela confiança no capitalismo.

Com a crise sanitária e epidemiológica cuja doença Covid-19 causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2 e a necessidade do isolamento social, como única alternativa relativamente eficaz para conter a disseminação do vírus que, no Brasil, em nenhum momento foi atingido o índice necessário para o efetivo controle do contágio que poderia mitigar o número de óbitos. Para isso contribuiu as constantes negações do chefe da nação e a falta de firmeza, de um modo geral, de governadores/as e prefeitos/as o que resultou em elevado número de mortos.

Embora, tímido no contexto brasileiro, o isolamento social provocou uma quebra da rotina de reprodução das relações econômicas e sociais que veio somar-se às repetidas crises inerentes ao capitalismo.

A pandemia encontrou os sistemas públicos de saúde em vários países, inclusive no Brasil, já sucateados por décadas de políticas neoliberais ou de "austeridade", que privatizaram e transformam tudo, inclusive a saúde, em mercadoria.

Dentre as consequências da crise sanitária acirraram-se as desigualdades e, por conseguinte a pobreza. A queda na renda das famílias que viviam do trabalho informal ou de forma autônoma, sem vínculo empregatício, e a precarização do trabalho afetaram ainda mais as parcelas menos favorecidas da população.

No decorrer do isolamento social li em um artigo de Alessandra Caneppele (2020) a seguinte frase: "No vão entre a patroa e a babá, os filhos do Brasil continuam a cair mortos" e não poderia deixar de transcrevê-la aqui porque a vejo como uma síntese das repercussões da desigualdade social brasileira e de como ela afeta as crianças. Esta temática é abordada neste texto que debate a infância, a luta de classes, a desigualdade social e etária a partir de investigação, que foi realizada na tese "Crianças pequenininhas e luta de classes" cuja discussão, foi atualizada, para neste momento de pandemia, tentar contribuir para pensar a desigualdade e infância no Brasil.

Trago no decorrer deste ensaio ideias que têm como ponto de partida o contexto em que vivemos, refletem sobre a vida das crianças e a infância na sua relação de reciprocidade com a sociedade, de modo geral, para focalizar na sequência a sua educação, objetivos e perspectivas.

Neste momento em que a Pandemia do Covid-19 nos desafia a inventar novos modos de viver, proponho olhar para a infância como a possibilidade de renovação e de luta pela vida.

Convido-as/os a pensar a partir dos constructos teóricos da Sociologia da Infância nos efeitos da crise capitalista e sanitária e do isolamento social na vida e educação das crianças. "Quando falo do pensamento, estou a incluir nele os sentimentos e as sensações, as ideias e os sonhos, as vidências do mundo exterior sem as quais o pensamento se tornaria em puro pensar inoperante." (SARAMAGO, 1998, p.26).

Quais as consequências do aprofundamento da desigualdade social que tem afetado a sociedade de forma ampla, e a infância particularmente, como grupo subalterno, minoritário e marcado também pelas hierarquizações de classe, raça e gênero? Sem escolas abertas a educação da infância que defendemos, e que é fundamentalmente pautada na coletividade, nas interações entre os seres humanos está em suspensão ou em formas alteradas. E as crianças têm suas vidas ameaçadas de diferentes formas: pelo vírus, mesmo não sendo o grupo nomeado como de risco; pela fome, já que sofrem de forma aguda os efeitos do desemprego, "uberização"<sup>1</sup> e precarização do trabalho; e pela violência, uma vez que são elo mais frágil da estrutura familiar e social.

É relevante ter em mente a conexão entre as desigualdades sociais e educacionais para observar e analisar os impactos do neoliberalismo também na educação da infância. Percebe-se a "mão invisível do mercado", por exemplo, na implementação da Base Nacional Comum Curricular no Brasil, expressão desta visão neoliberal de uma educação de resultados, em que algumas habilidades e competências são constantemente avaliadas por testes e acabam por ditar um currículo que visa apenas à adaptação e preparação para o mercado, em detrimento à formação humana e para o trabalho.

---

<sup>1</sup> Como define o sociólogo Ricardo Antunes o "mascaramento de relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos." Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador>. Acesso em: 14 out. 2020.

Este avanço do neoliberalismo na educação brasileira não é de hoje, mas foi, assim como as desigualdades, potencializado neste momento de crise sanitária. Com o fechamento das escolas e a necessidade de ensino remoto, os “reformadores empresariais” encontraram na situação emergencial uma “janela de oportunidades” para ampliar seus negócios e programar políticas pautadas na responsabilização dos indivíduos (profissionais da educação e estudantes), meritocracia e privatização (FREITAS, 2012).

Assim, propagam-se discursos sobre uma nova era em que as tecnologias ganham relevância e os principais debates focam nos meios remotos para educar e na obsolescência das professoras, professores, e da sala de aula.

Os/as profissionais da educação, por sua vez, veem-se acudados/as diante das cobranças por produtividade. Envolvidos/as nesta teia de prescrições e pressões alguns dos debates neste período tem focalizado a falta de acesso dos/as estudantes aos recursos tecnológicos para efetivação do ensino remoto, tais como não possuir um computador ou meios de conexão à internet.

A questão que se impõe, vai além, ou melhor, antecede qualquer debate nesta área é: o que é educação? Para que educamos? Porque defendemos uma educação pública (administrada pelo poder público com dinheiro público), laica, gratuita, com profissionais formado/as e fora do ambiente doméstico desde o nascimento?

São as famílias mais pobres que, em razão da pandemia, estão ainda mais vulneráveis. O argumento de que estamos todas e todos igualmente sujeitos ao vírus é falaciosa, pois a doença apesar de oferecer diretamente risco à vida dos mais idosos tem forte impacto na vida das camadas pauperizadas, sobretudo das mulheres, que são a maioria nas profissões de cuidado (educação e saúde). São elas também as principais responsáveis pelos cuidados com a manutenção da vida em seus núcleos familiares e juntamente com as crianças pequenas são maioria nos setores menos favorecidos da população. Essa situação é mais grave ainda entre negros, pardos e indígenas, visto que a questão racial é um importante fator de desigualdade social. Novamente destaco que:

A infância não fica à parte da produção social, econômica, política, cultural e não fica à parte porque essa produção histórica está traspassada pela questão étnica, racial, de gênero, de classe e as crianças fazem parte de sua produção. A infância não vai entrar na classe quando chegar a ser jovem ou adulta, a infância já nasce numa segregação de classe, raça, de gênero. Toda essa realidade está marcada profundamente em nossa história. Toda infância já padece dessa história logo que nasce ou antes de nascer (ARROYO, 2018, p. 44).

Essa hierarquização social, de classe, de raça e de gênero tem sido objeto de estudo das ciências humanas e particularmente das ciências sociais que buscam desnaturalizar a ideologia dominante e a desigualdade pautada no patriarcado e no racismo e estas são questões relevantes também para pensar a crise sanitária, pois a doença impacta de forma desigual de acordo com o sexo, raça e classe. Entretanto, mesmo entre os estudos progressistas a subordinação etária é ignorada e as análises apresentam uma visão adultocentrada (JENKS, 2002) que parece desconsiderar que “no mundo, 50% dos pobres têm até 18 anos” (IBGE, 2017, p.67).

## **A SEGREGAÇÃO DA INFÂNCIA E A PANDEMIA**

Tento a seguir focar, destacando do panorama geral, as especificidades referentes às infâncias no momento anterior da crise capitalista e no cenário atual de pandemia.

O dia a dia das crianças na sociedade capitalista ocidental é cada vez mais segregado e distante do mundo adulto. A infância pouco participa da vida pública. Os bens pequenos, de 0 a 2 anos, em sua maioria, ficam em casa. Porém com a escolarização obrigatória a partir dos 4 anos a grande maioria, mais de 90%, frequentam as instituições destinadas à infância, pré-escolas, e em seguida escolas, onde permanecem por um longo período a cada dia e vários anos ao longo de suas vidas.

Este tempo de preparação para a vida adulta representa o confinamento da infância e sua crescente institucionalização e segregação o que acarreta muitas restrições à sua participação política como aponta Perrotti (1982; 1990). Esses fatos são bem anteriores à pandemia e destaco que: “Na sociedade brasileira a segregação não atinge apenas a infância, as camadas médias isolam-se em condomínios segregados do convívio com as diferenças. Há espaços reservados para cada classe, cada idade, cada gênero, cada raça, etc.” (MACEDO, 2016, p.70).

As crianças têm suas presenças cada dia mais limitadas aos espaços escolares onde seguem segregadas em seu interior, por ano escolar e de vida. Estes procedimentos tem como fundamento uma visão linear de sequenciamento da vida em etapas, em que é atribuída à escola a função de educá-las, transformando-as em alunos/as e preparando-as para a vida adulta. Desta maneira, como afirma Perrotti (1990, p. 92):

A cultura produzida pela infância livremente nos espaços públicos foi progressivamente sendo assimilada pelos espaços privados à medida que a urbanização e a vida burguesa avançavam. [...] Sem poder brincar livremente pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas, sobretudo, altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a vida política.

A instituição educativa é, portanto, em nossa sociedade, o lugar das crianças e acostumamo-nos a pensar neste como o espaço em que elas produzem conhecimento e cultura. É o ambiente de convívio e socialização entre os pares.

No Brasil, em 2019, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi de 35,6%, o equivalente a 3,6 milhões de estudantes. [...] Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa foi de 92,9% em 2019, frente aos 92,4% em 2018, totalizando pouco mais de 5 milhões de crianças. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, chegando a 99,7% das pessoas na escola em 2019. (IBGE, 2019, p.4).

Na contemporaneidade, a institucionalização das crianças pequenas ganha novos contornos e condições objetivas, pois com diferentes configurações familiares, em que muitas vezes há apenas uma mulher/mãe como a única responsável pela criança, pelos cuidados que ela demanda, e também por suprir suas necessidades materiais. Portanto, o apoio a estas famílias adquire prioridade. Segundo os dados do IBGE (2017, p.67):

[...] dos arranjos domiciliares, no qual a pobreza medida pela linha de 5,5 dólares por dia mostra alta incidência no arranjo de mulheres sem cônjuge com filho(s) até 14 anos (55,6%) é ainda maior nesse tipo de arranjo formado por mulheres pretas ou pardas (64,0%), o que indica o acúmulo de desvantagens.

A crescente urbanização, em uma megalópole como São Paulo, por exemplo, faz com que os/as adultos trabalhadores/as, demorem muitas horas no trajeto entre casa e trabalho e vice-versa. Como consequência da crise econômica os/as adultos/as são obrigados/as a trabalhar cada vez um número maior de horas por dia o que motiva a demanda para que as crianças fiquem mais horas na escola. As instituições escolares, especialmente nas grandes cidades, poderiam atuar como espaços privilegiados para a socialização e o brincar. Como já o é para as crianças de 0 a 6 anos.

Fora do ambiente familiar, é na instituição educativa que a criança terá a oportunidade de estabelecer os primeiros vínculos de afeto e amizade, terá a oportunidade de conviver com a diferença, construindo coletivamente um espaço de solidariedade, participação democrática e diálogo entre as diferentes culturas em que estão presentes as crianças negras, brancas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, imigrantes, etc.

Destaco que os benefícios acima elencados da frequência à creche e pré-escola são bem distintos de “Taxa de retorno do investimento em capital humano” que tem sido o grande argumento que fundamenta a defesa do ensino remoto na Educação Infantil pelos “reformadores empresariais”.

Vale lembrar que “a infância é involuntariamente – gostemos ou não – parte da sociedade e da política social. Qualquer esforço para excluí-la ou mantê-la à margem é ilusório”, pois elas são atingidas por todos os eventos que afetam a sociedade “inclusive os que não visam à infância” (QVORTRUP, 1999, 2011) E assim, um vírus que afeta menos a saúde das crianças do que dos/as adultos/as, atinge diretamente as mesmas e traz para suas vidas cotidianas grandes transformações, roubando-lhes este tempo e espaço pensado para elas pelo conjunto da sociedade.

Assim, as crianças pequenas que já eram as mais afetadas pela pobreza e desigualdade, como se pode observar nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Aspectos dos Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade.

O aspecto mais distintivo entre os domicílios foi o rendimento domiciliar per capita, sendo maior a presença de crianças de menos de 4 anos de idade nas classes menos elevadas. Enquanto as classes correspondentes a menos de 1 salário mínimo concentravam 40,9% dos domicílios em que não moravam crianças dessa faixa etária, naqueles em que elas habitavam essa proporção era de 73,9%. A partir de 1 salário mínimo, a relação se inverte, com os domicílios sem moradores de menos de 4 anos de idade superando aqueles com tal presença. (IBGE, 2017, p.25).

Idêntica vinculação atinge as crianças pequenas com as piores condições sanitárias.

Enquanto nos domicílios em que não havia essas crianças a rede geral de abastecimento de água alcançava 85,7%, naqueles em que elas moravam a proporção baixava a 83,7%. A existência de rede coletora de esgoto ou fossa séptica era de 81,2% contra 77,1%, enquanto o lixo coletado diretamente, por sua vez, registrava 83,7% e 81,8%, respectivamente, nos domicílios sem e com moradores de menos de 4 anos de idade. (IBGE, 2017, p.24).

Diante destas estatísticas fica constatado o vínculo de vulnerabilidade social e pouca idade. Em razão desta relação de reciprocidade da infância com a sociedade é necessário um olhar não adultocêntrico no qual o referencial teórico e metodológico da Sociologia da Infância pode contribuir para analisar as condições de desigualdade que afetam a infância direta ou indiretamente.

Na organização social a infância não é definida pelas características individuais e nem pela idade. As contradições entre a proteção e a participação das crianças na política desconsidera, via de regra, as contribuições das culturas infantis para pensarmos problemas sociais que as atingem diretamente. Das crianças é exigida

obediência em todos os espaços em que ela circula: na família e na escola. Pois, como afirma Corsaro (2011, p.65) “os adultos, naturalmente, são rápidos para descartar ideias, conhecimentos e contribuições da cultura das crianças o tempo todo”.

A pandemia colocou uma lente de aumento sobre a realidade já vivida de violação dos direitos das crianças que deveriam ter prioridade de proteção, provisão e participação como definido na Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das crianças.

Alijada de seu espaço convencional a infância, confinada em seus domicílios o tempo todo, em razão da pandemia e do isolamento social, teve acentuados os paradoxos de seu relacionamento com a sociedade dos/as adultos/as que, como enumera Qvortrup (1999, p.22-23), são:

1. Os adultos querem e gostam de crianças, mas têm-nas cada vez menos, enquanto a sociedade lhes proporciona menos tempo e espaço.
2. Os adultos acreditam que é benéfico quer para as crianças, quer para os pais passarem tempo juntos, mas vivem cada vez mais vidas separadas.
3. Os adultos gostam da espontaneidade das crianças, mas estas vêem as suas vidas ser cada vez mais organizadas.
4. Os adultos afirmam que as crianças deveriam estar em primeiro lugar, mas cada vez mais são tomadas decisões a nível económico e político sem que as mesmas sejam levadas em conta.
5. A maior parte dos adultos acredita que é melhor para as crianças que os pais assumam sobre elas maior responsabilidade, mas, do ponto de vista estrutural, as condições que estes têm para assumir este papel deterioram-se sistematicamente.
6. Os adultos concordam que se deve proporcionar o melhor início de vida possível às crianças, mas estas pertencem a um dos grupos menos privilegiados da sociedade.
7. Os adultos concordam que se deve ensinar às crianças o significado de liberdade e democracia, mas a sociedade limita-se a oferecer preparação em termos de controle, disciplina e administração.
8. Os adultos atribuem geralmente às escolas um papel importante na sociedade, mas não se reconhece como válida a contribuição das crianças na produção de conhecimentos.
9. Em termos materiais, a infância não importa aos próprios pais, mas antes à sociedade. Contudo, a sociedade deixa os custos por conta dos pais e das crianças.

## **A INFÂNCIA COMO MINORIA E A CRIANÇA COMO UM ESTORVO**

Destaco como importante para a compreensão do contexto atual o conceito da infância como minoria, desenvolvido em estudos de caráter macroestrutural, na área da Sociologia da Infância, por Qvortrup (1999, 2010, 2011) em que aponta que entende a infância

[...] como uma forma estrutural é conceitualmente comparável com o conceito de classe, no sentido da definição das características pelas quais os membros,



por assim dizer, da infância estão organizados e pela posição assinalada por outros grupos sociais, mais dominantes. (QVORTRUP 2011, p. 203).

A desigualdade de poder entre adultos e crianças que as definem socialmente como subordinadas e merecedoras de tratamento desigual, corroboram com a afirmação de Qvortrup (2011, p. 210) de que “a infância é uma categoria minoritária clássica, que é objeto de tendências tanto marginalizadoras quanto paternalizadoras”.

Estas relações assimétricas de poder entre adultos e crianças são também atravessadas no campo social pelas demais hierarquizações sociais: de classe, de raça e de gênero que perpetuam a visão adultocêntrica. Como afirma Macedo (2016, p.70):

Desde o nascimento até a morte, vivemos em estado provisório. As diversas transformações biológicas que nos modificam ao longo do tempo ganham significados diferentes a partir do contexto histórico e sociocultural. A visão linear e de sequência e a periodização da vida são marcas do Estado moderno e da segregação dos grupos sociais.

As crianças já foram vistas por suas famílias (pais e mães) como uma vantagem econômica, uma vez que começavam a trabalhar muito cedo e podiam contribuir financeiramente para a manutenção da casa. Hoje representam, ao menos os grandes centros urbanos, um ônus, pois não se projetam sobre elas ganhos futuros. Decorrendo num decréscimo progressivo no número de filhos por família<sup>2</sup>.

Nos últimos anos observa-se o crescimento de lugares “*child free*” ou livre de crianças. Ou espaços que teoricamente são pensados para elas e nomeados como espaços lúdicos, mas que na realidade as deixam segregadas em restaurantes e shoppings.

Assim como há lugares que antes eram das crianças como praças públicas que vêm sendo substituídos ou divididos com espaços para “*pets*”.

A pandemia e o confinamento aceleraram também este processo, já em curso, e que aqui denominei de “a criança como estorvo”.

São muitos os discursos, alguns em tom de brincadeira, sobre não aguentar mais as crianças em casa nesta pandemia, no entanto, estes, assim como a crise econômica, não são novidade em nossa sociedade.

Um exemplo do ápice deste sentimento (da criança como estorvo) foi expresso pela Sr.<sup>a</sup> Sari Corte Real ao abandonar Miguel Otávio Santana da Silva, cinco anos,

---

<sup>2</sup> Segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas. Disponível em: < <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-populacao-da-onu-aponta-fecundidade-no-brasil-entre-mulheres>>. Acesso em 16 de out. 2020.

filho de sua empregada doméstica, deixado momentaneamente sobre seus cuidados, enquanto sua mãe cumpria a tarefa de passear com o *pet* da patroa.

Miguel foi deixado sozinho no elevador porque chorava e pedia pela mãe. Ao invés de confortá-lo e acolhê-lo, como adulta responsável, Sari que estava “ocupadíssima” com outra serviçal que lhe fazia as unhas, agiu para livrar-se do impedimento e do inoportuno que Miguel representava naquele momento. O que resultou na trágica morte do menino que saiu do elevador e caiu de elevada altura no vazio.

A mãe de Miguel, Mirtes Renata Santana de Souza, o levou para o trabalho, já que não tinha como deixá-lo sozinho, pois a creche estava fechada em razão da pandemia.

Levar as filhas/os para o trabalho é uma prática costumeira e não é nenhuma novidade para as mães da classe trabalhadora. Schifino (2012) defende a educação pública desde o nascimento como “O direito de sair do balde”. Em sua pesquisa descreve o cotidiano dos bebês que acompanhavam as mães operárias em oficina de costura, para que estas pudessem executar suas tarefas, as crianças pequenininhas permaneciam por horas seguidas dentro de baldes junto aos tecidos que eram armazenados para a confecção.

A guarda, cuidado e educação das crianças pequenas sempre foi um problema considerado apenas como sendo da mulher, porém nesta situação de isolamento social passou a ser também um grande problema econômico, pois a questão é: onde deixar as crianças para voltar ao trabalho, se as creches permanecem fechadas, com o objetivo de conter a proliferação do vírus?

Qvortrup (2011, p. 200) “Apresenta a infância como categoria na estrutura social e defende que a categoria geracional é aquela que define o lugar ocupado pela infância na sociedade”, por conseguinte é também imprescindível para pensar a vida econômica de uma sociedade pensar na infância.

As creches públicas, administradas pelo poder público, laicas e gratuitas representam também para essas crianças a segurança de um espaço de bem-estar, com o mínimo de saneamento básico (que na maioria das vezes não tem em seu local de moradia) com cuidados e alimentação. As crianças das camadas populares são as que permanecem (ou permaneciam até a pandemia) grande parte do dia (até dez ou doze horas diariamente) construindo coletivamente as culturas infantis. A desigualdade de classe é agravada pela desigualdade etária; sendo as crianças de 0 a 5 anos as mais afetadas pela pobreza crônica.

A morte do pequeno Miguel, assim como tantas outras crianças, é representativa da falta de políticas nacionais e intersetoriais para a infância, e sua proteção, deveria ser prioridade.

## **PENSANDO O FUTURO – INFÂNCIAS EM DISPUTA**

Quando o assunto são as crianças, são costumeiras as projeções de futuro, seja na perspectiva da novidade e/ou da esperança do novo, seja na produção de novas gerações de adultos/as como discorre Qvortrup (2010, p.787).

As crianças sempre tiveram um papel específico – a saber, o de matéria-prima para a produção de uma população adulta. É por isso que sempre nos referimos a elas como nosso futuro ou como a próxima geração. Essa maneira de falar levanta inevitavelmente a suspeita de que a infância não é nosso alvo principal, mas apenas um instrumento para outras propostas. É uma resposta à pergunta que todos os adultos fazem a todas as crianças: o que você vai ser quando você crescer? Tipicamente, os adultos não estão interessados no que as crianças são enquanto crianças.

Muitas são as *lives* e artigos sobre os efeitos do isolamento social na vida das crianças pequeninhas e pequenas. Porém, a grande maioria propõe o ensino remoto e prescrições de atividades para estimular o desenvolvimento infantil, retomando um discurso de educação compensatória das carências culturais familiares, culminando com a responsabilização das famílias.

As preocupações com o futuro pós-pandemia e com a vida escolar das crianças são justas e relevantes. Todavia não há um conteúdo a ser resposto, também não há a sua falta. A Educação Infantil defende o conceito de indissociabilidade entre o cuidar e o educar tal como ocorre também no âmbito familiar. Em realidade não há substituição ao convívio cotidiano, nem tampouco a relação pedagógica estabelecida nas instituições educativas que são construídas coletivamente.

A proposta de volta das crianças pequenas e pequeninhas às instituições educativas ainda neste ano (2020) escancara a desigualdade que ameaça a vida das crianças das camadas menos favorecidas.

O poder público torna o que deveria ser uma decisão coletiva e pensada a partir da saúde pública como uma questão de escolha individual e joga para as famílias a responsabilidade e a decisão de enviar ou não seus filhos e filhas para creche e pré-escola.

Assim deixa sem alternativas as famílias que necessitam trabalhar, especialmente aquelas que não têm emprego, mas que buscam na informalidade o

seu sustento. De maneira injusta são lançadas à deriva, por falta de alternativas, as pessoas que mais precisam do apoio do Estado e que necessitam da merenda escolar como suporte alimentar e neste contexto são expostas desnecessariamente ao risco de contaminação.

Presenciamos também a força dos discursos médicos e da psicologia do desenvolvimento impondo-se sobre a construção de conhecimento produzido na área das ciências humanas, especialmente da Pedagogia, e especificamente da Pedagogia da Infância. Seja com orientações para o estímulo cognitivo das crianças ou com protocolos sanitários que na prática são inexecutáveis.

A vida das crianças e o nosso futuro como sociedade está em disputa. Desde suas origens, o capitalismo traz a perspectiva de que é desde o berço que se forjam as novas mentes e atua nesta perspectiva no sentido de perpetuar sua reprodução.

Então, além de guardá-las e de garantir-lhes a vida, cabe agora também educar as crianças para o futuro, e é essa uma grande novidade trazida pelo capitalismo: outro jeito de viver precisa ser ensinado e aprendido desde a tenra idade, já que se trata de uma nova maneira de viver, onde o tempo de trabalho define uma nova mentalidade. (FARIA, 2002, p. 65).

Temos na fala da ministra da “Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, Damares Alves na emblemática reunião ministerial<sup>3</sup> com o presidente Jair Bolsonaro, de 22 de abril de 2020, um exemplo de como o neoliberalismo ou o conservadorismo disputam a formação das futuras gerações:

Então, tudo que nós fomos construir, nós vamos ter que ver, ministro, a questão dos valores também. Nossos quilombos estão crescendo e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valores. (ALVES, 2020)

Damares, na absurda reunião declara sua preocupação com o fato de crianças quilombolas crescerem com os valores do seu grupo de pertencimento, pois percebe o que afirma Benjamim (2002, p.115) que “o proletariado é capaz de prestar a máxima atenção à coletividade infantil, a qual jamais pode adquirir contornos nítidos para a burguesia”.

A ideologia dominante propaga seus valores de mercantilização e privatização com a ideia de que as crianças são propriedade individual e responsabilidade de cada

---

<sup>3</sup> Vídeo disponível em: <

<https://www.facebook.com/eparlamento/videos/893067457866514/?v=893067457866514>> Acesso em; 15 de jul. 2020.

família ou da mulher/mãe em contraponto ao pensar coletivo e solidário, ainda presente, no seio do proletariado.

Fúlvia Rosemberg (2003) já anunciava que a políticas públicas de Educação Infantil no Brasil padeciam da maldição de Sísifo em que todos os esforços e conquistas seguem ameaçados de descer montanha abaixo, como a enorme rocha empurrada pelo ser mitológico. Deste modo, todas as construções e conquistas que garantem os direitos das crianças correm frequentes riscos. Resurgem nesta situação emergencial, propostas e ações pautadas em perspectivas escolarizantes e compensatórias.

A educação das crianças pequenas, como garantem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009) têm como eixos norteadores a interação e as brincadeiras, portanto a produção das culturas infantis que como define Prado (2006, p.2) são:

[...] aquelas que não se dão somente em obras materiais, mas também, na capacidade de as crianças transformarem a natureza, de estabelecerem relações sociais múltiplas e diversas, no confronto e na construção de diferentes experiências de todos os atores sociais presentes no contexto educativo e na sociedade mais ampla, em relação. As culturas infantis manifestam-se como aberturas para novas formas de ver e de compreender a infância e seu significado, tanto para as próprias crianças como para além delas.

Assim finalizo com o alerta de que além da nossa sobrevivência também estão ameaçadas as conquistas de protagonismo das crianças bem como as possibilidades de uma educação emancipatória. Os reacionários estão aproveitando a pandemia para, como defendeu na mesma reunião, outro ministro (Ricardo Salles) “passar a boiada”.

No caso da Educação Infantil, a boiada é a privatização das creches com *vouchers* que teoricamente dariam opção de escolha às famílias e a desvalorização profissional dos/as professores/as.

Necessitam prescrever tarefas para as famílias, pois os pobres seguem sendo acusados de não saber cuidar de seus filhos/as, afinal vão passar valores que são os da solidariedade e da coletividade e não o individualismo necessário para alimentar a sede de lucros do capital.

Assim, as crianças vivem a luta de classes em seu cotidiano, e em uma sociedade cindida pela desigualdade social como a nossa, têm também suas vidas ameaçadas.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Descolonizar o paradigma colonizador da infância. In: SANTOS, Solange E; SANTIAGO, Flávio; BARREIRO, Alex; MACEDO, Elina E.; FARIA, Ana Lúcia G. (Orgs.) **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: por uma educação emancipatória desde o nascimento Maceió: Edufal, p. 57-68. 2018.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CANEPPELE, Alessandra. O que a morte estúpida do pequeno Miguel conta sobre todos nós brasileiros? 07 jun. 2020. **Carta Campinas**. Disponível em: <<https://cartacampinas.com.br/2020/06/o-que-a-morte-estupida-do-pequeno-miguel-counta-sobre-todos-nos-brasileiros/>> Acesso em 05 ago.2020.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. São Paulo: Artmed, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Infância, educação e classe operária. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura**: para uma pedagogia da educação infantil. Campinas, São Paulo: Cortez/Coedição Editora Unicamp, p.55-100. 2002.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

IBGE. **Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade**: 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100137.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD Contínua). Educação 2018. Rio de Janeiro: IBGE. 2019. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2020.

JENKS, Chris. Constituindo a Criança. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**, n. 17. Portugal: Associação de Sociologia e Antropologia da Educação, p.185-216, 2002.

MACEDO, Elina Elias de. **Crianças pequenininhas e a luta de classes**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PERROTTI, Edmir. O confinamento da infância. IN: PERRORRI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Sumus, p. 85-103. 1990.

PERROTTI, Edmir. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, Regina (org.) **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 9-27. 1982.

PRADO, Patrícia Dias. **Contrariando a idade**: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da Educação Infantil. 2006. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

QVORTRUP, Jens. **A infância na Europa**: novo campo de pesquisa social. 1999. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, p.1-15 Disponível em: <[http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/jensqvortrup.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/jensqvortrup.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2012.

QVORTRUP, Jens. Infância e Política. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n.141, set./dez. p.777-792, 2010.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre "infância como um fenômeno social". **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, jan./abr./2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 1 (40), p.177-194, jan./abr. 2003.

SARAMAGO, José. O autor como narrador. **Cult- Revista Brasileira de Literatura**. n.º 17. São Paulo: Lemos Editorial, p.25-27, dez./1998.

SCHIFINO, Reny Scifoni. **Direito à creche**: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

#### **DESIGUALDADE E PANDEMIA NAS VIDAS DAS BRASILEIRINHAS E DOS BRASILEIRINHOS**

Inequality and pandemic in the lives of Brazilian girls and boys

**Elina Elias de Macedo**

Doutora em Educação

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Ciências Humanas e Educação da (DCHE)

Sorocaba, Brasil

[elinamac@gmail.com](mailto:elinamac@gmail.com)

[elinamacedo@ufscar.br](mailto:elinamacedo@ufscar.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-0186-1633>

### **Endereço de correspondência do principal autor**

Alameda Esmeralda, 251, CEP 12460-000, Campos do Jordão, SP, Brasil.

### **AGRADECIMENTOS**

Não se aplica

### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** E.E. Macedo

**Coleta de dados:** E.E. Macedo

**Análise de dados:** E.E. Macedo

**Discussão dos resultados:** E.E. Macedo

**Revisão e aprovação:** E.E. Macedo

## **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

## **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

## **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

## **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

## **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 18-10-2020 – Aprovado em: 07-12-2020